

INFORMAÇÃO

Registo	Data da Informação	Processo	Serviço emissor
Informação n.º 3025 / 2019	05/02/2019	2019/300.10.005/152	Contratação Pública

ASSUNTO: Escolha e início de procedimento

Exmo. Sr. Chefe da DAF,

Contratação: Aquisição de material fotográfico

Código CPV: 38650000-6 Equipamento para fotografia, conforme previsto no Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28.11.2007

Tipo de Procedimento – Ajuste Direto Regime Geral, valor contratual < € 20.000,00

I – Objeto da Proposta e Fundamentação da necessidade de contratar

De acordo com a informação registo n.º 20823 de 30/11/2018, com origem na Divisão de Planeamento e Gestão Estratégica, que é parte integrante deste processo e sobre a qual foi exarado Despacho do Sr. Presidente relativo à concordância com a necessidade da aquisição, verifica-se a necessidade de iniciar um procedimento de contratação que tem como objeto a aquisição de material fotográfico.

Para a contratação em causa propõe-se o prazo de 30 (trinta) dias.

II – Preço Base

Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, e de acordo com o disposto no art.º 47.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual – Código dos Contratos Públicos, doravante designado de CCP, define-se como preço base para este procedimento o montante de **€ 7.850,00 (sete mil oitocentos e cinquenta euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato a celebrar.

Em cumprimento do determinado no n.º 3 do artigo 47.º do CCP o preço base tem como fundamentação a consulta preliminar efetuada nos termos do disposto no art.º 35.º - A do

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.

CCP, conforme documento em anexo ao registo n.º 20823 de 30/11/2018, o qual é parte integrante do processo de contratação, sendo este um mecanismo destinado apenas ao planeamento e preparação do procedimento.

Nos termos do disposto no art.º 473.º do CCP, os valores apresentados não incluem o imposto sobre o valor acrescentado – IVA à taxa de 23%.

III - Enquadramento Orçamental

A despesa inerente ao contrato a celebrar será satisfeita pela dotação da classificação orçamental 02/07011002 do Orçamento da Câmara Municipal de Sines, para o ano de 2019, conforme documento anexo – Requisição Interna n.º 147/2019 relativa ao cabimento prévio n.º 1413 datado de 04/02/2019.

IV – Fundamentação para a escolha do procedimento

Dado que o valor contratual estimado é inferior a € 20.000,00, propõe-se a adoção de um procedimento por ajuste direto (consulta a uma entidade), previsto na alínea a) do n.º 1 do art.º 16.º, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP.

V – Decisão de Contratar e decisão de autorização da despesa

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 36.º e no art.º 38.º do CCP, a decisão de contratar, a autorização da despesa e a escolha do procedimento, cabem ao órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;

Considerando o disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP e atendendo ao valor previsto para o contrato de aquisição de bens em causa, solicita-se, ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, no uso de competência delegada por despacho do Sr. Presidente datado de 31/10/2018, conforme previsto na Lei n.º 75/2013, de 12.09, que:

- a) Autorize a contratação em causa e a adoção de um procedimento de ajuste direto;
- b) Nos termos n.º 1 do art.º 113.º CCP autorize o envio de convite à apresentação de proposta à empresa **Barreiros da Silva, Lda - NIF 501349073**, considerando que a escolha desta empresa não viola o previsto no n.º 2 e no n.º 5, ambos do referido artigo.

(adjudicações mediante ajuste direto no valor de € 394,31)

- c) Nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 40.º do CCP e para os efeitos previstos no

n.º 2 do mesmo artigo, aprove as peças do procedimento respetivamente o convite à apresentação de proposta e caderno de encargos, conforme documentos em anexo;

VI – Nomeação do gestor do contrato

Considerando o previsto no n.º 4 do art.º 67.º do CCP, e uma vez que apenas se vai proceder ao convite de uma só empresa, poderá proceder-se à dispensa do júri, pelo que se sugere que a Técnica Superior, Sofia Costa, do serviço de Comunicação e Imagem emita parecer técnico sobre a proposta apresentada. Em cumprimento do determinado no art.º 290.º -A do CCP sugere-se também a sua nomeação como gestor do contrato, tendo como função acompanhar permanentemente a execução deste.

VII – Nomeação do gestor do procedimento

Atento o disposto no art.º 55.º Código do Procedimento Administrativo, publicado em anexo ao Decreto – Lei n.º 4/2015, 07.01 e n.º 4 do art.º 3.º da Lei 73/2014, 13.05, sugere-se que seja nomeada como gestora do procedimento a Assistente Técnica Sandra Garcia do Serviço de Contratação Pública, a quem compete assegurar o normal desenvolvimento da tramitação processual, ficando autorizada a efetuar o carregamento dos documentos inerentes ao procedimento na plataforma eletrónica de contratação pública, assinando-os com recurso a assinatura eletrónica.

VIII - Prazo para apresentação de proposta

Propõe-se que seja dado um prazo de 9 (nove) dias para apresentação de proposta, considerando este um prazo razoável para a sua elaboração.

IX – Contrato Escrito

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP, dado tratar-se de uma aquisição de valor inferior a € 10.000,00, está dispensada a redução dos termos da adjudicação a escrito.

Nos termos do art.º 127.º do CCP a celebração deste contrato deverá ser publicitada no portal da Internet dedicado aos contratos públicos para que possa produzir os seus efeitos, nomeadamente para processamento do respetivo pagamento.

X - Outras Exigências Legais

Considerando o disposto no n.º 2 do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, o qual regulamenta a LCPA, nenhum compromisso poderá ser assumido sem a verificação prévia da existência de fundos disponíveis para o fazer. Nesta conformidade, atento o disposto

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.

no art.º 76.º do CCP deverá ser assegurada a existência de fundos disponíveis para efeitos de adjudicação.

É quanto cumpre informar, à consideração superior,

O/A Assistente Técnico

Sandra Carla Rodrigues Garcia da Silva (7419)
